

**AUDIÊNCIA PÚBLICA
REQUERIMENTO Nº DE 2002.
(DO SR. DEPUTADO LUISINHO)**

Solicito que sejam convidados o Senhor Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Diretor do Departamento de Pesca e Aquicultura/MAPA, representantes do CONEPE – Conselho Nacional de Pesca, Confederação Nacional dos Pescadores, do Iccat – Comissão Internacional para Conservação do Atum Atlântico, da Câmara de Comercio Exterior – Camex e o Diretor de Fauna e Recursos Pesqueiros do IBAMA, para se pronunciarem sobre a nacionalização das frotas de navios estrangeiros arrendados e os critérios que serão estabelecidos.

Senhor Presidente,

Nos termos Regimentais, requeiro a Vossa Excelência, ouvido o plenário desta Comissão, sejam convidados a comparecerem a este órgão técnico, em reunião de Audiência Pública a ser agendada, o Senhor Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Diretor do Departamento de Pesca e Aquicultura/MAPA, representantes do CONEPE – Conselho Nacional de Pesca, Confederação Nacional dos Pescadores, do Iccat – Comissão Internacional para Conservação do Atum Atlântico, da Câmara de Comercio Exterior – Camex e o Diretor de Fauna e Recursos Pesqueiros do IBAMA, para se pronunciarem sobre a nacionalização das frotas de navios estrangeiros arrendados, quais os critérios que serão estabelecidos, e ainda, as vantagens e desvantagens trazidas pelo setor pesqueiro interno. Atualmente qual o procedimento usado para a liberação do arrendamento de frota de navios estrangeiros para a pesca oceânica em águas profundas? Quais os países participantes? Qual é o impacto ambiental dessa

atividade pesqueira para o ecossistema? Qual é a cota brasileira dessas 47 mil toneladas de atuns capturados no atlântico brasileiro por esses 84 navios entre 42 brasileiros e 42 estrangeiros?

JUSTIFICAÇÃO

Esta Audiência Pública tem a finalidade de esclarecer todas as questões acima destacadas, tendo em vista que atualmente as embarcações estrangeiras arrendadas são responsáveis por 75% da captura de 47 mil toneladas de atuns no país. De acordo com o Senhor Ministro “temos que começar a pescar o nosso atum para cumprir a cota estabelecida pelo Iccat – 100 mil toneladas até o final de 2003, para isso é necessário nacionalizar esses barcos num prazo de um ano com normas a serem estabelecidas em resolução pela Camex”.

Com relação a essa meta foi feito algum estudo de impacto ambiental? Ou a preocupação consiste somente no lucro com o aumento da exportação?

Sala das Sessões, em 08 de maio de 2002.

LUISINHO

Deputado Federal – PPB/RJ